

**CPI - MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS**

**05.12.2017**

**AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME****CPI - MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS****05.12.2017**

**O SR. PRESIDENTE – FELICIANO FILHO - PSC** – Quero anunciar a presença dos deputados Roberto Tripoli, Maria Lúcia Amary, Célia está chegando, nosso relator Pedro Kaká e o Wellington Moura. Temos quórum para dar início. Bom dia a todos e todas. Quero agradecer a presença e cumprimentar, em nome da Sônia, do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, todos os protetores e todos os convidados. O Alexandre da Faos, o Coronel Sardilli, os deputados Delegado Olim, Carlão Pignatari, Itamar Borges e a deputada Ana do Carmo. Antes de dar início aos trabalhos, nós temos alguns requerimentos.

Sob as bênçãos de Deus e havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de apurar e investigar a prática de maus-tratos cometidos contra animais, no âmbito do estado de São Paulo. Solicito à secretaria da Comissão a leitura da Ata anterior.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE – FELICIANO FILHO - PSC** – Pela ordem, deputado Roberto Tripoli.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** – Eu requeiro regimentalmente que seja considerada lida a Ata da última reunião.

**O SR. PRESIDENTE – FELICIANO FILHO - PSC** – É regimental, aceito o pedido da Vossa Excelência. Temos o requerimento de três deputados sobre a Mesa.

Requerimento do deputado Wellington Moura, número três, requer a realização de diligência por parte da CPI, afim de visitar a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia na USP com a finalidade de conhecer os animais, o ambiente em que estão

submetidos e os procedimentos realizados para o ensino. Nos termos do artigo 34 – B do Regimento Interno da Casa, a escolha da visita será feita em reunião secreta.

Em discussão. Não havendo deputados interessados em discutir, em votação. Favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

Segundo requerimento de autoria da deputada Ana do Carmo. Requerimento número quatro. Requer que sejam convidados para prestar esclarecimentos sobre o tema da CPI, o Coronel PM Alberto Malfi Sardili, para prestar esclarecimentos sobre o tema. A Sra. Adriana Prestes, bióloga e secretária executiva do Gefas, e responsável técnica pela área de soltura e monitoramento de vida silvestre do projeto Jatayu; e Marcelo Godoy, biólogo fundador do Instituto de Proteção Animal – Iepa e representante da sociedade civil junto ao Consema.

Quero anunciar a presença do nosso querido deputado Caio França. Em discussão. Não havendo deputados interessados em discutir, em votação. Favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

O terceiro, vou passar a Presidência para o nobre deputado Roberto Tripoli. Por favor, deputado.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Roberto Tripoli.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE ROBERTO TRIPOLI - PV** – Esse requerimento é de 01/12/2017, número cinco. O deputado Feliciano Filho solicita primeiro, a convocação para oitiva no dia 12/12/2017, do Professor Doutor José Roberto Bosqueiro, professor assistente do Departamento de Educação Física da Faculdade de Ciências da Unesp Bauru. Segundo, a convocação para oitiva no dia 13/12/2017, do professor Doutor Wagner José Fávoro, do Instituto de Biologia da Unicamp. Terceiro, a prorrogação dos trabalhos desta CPI por mais 60 dias.

Antes de colocar em voto, eu pergunto à assessoria técnica que só pode ser prorrogação por 60, não pode ser 90. É 60 a legislação, pois não. Abro a discussão. Não vejo nenhum deputado ou deputada inscrito para debater o assunto. Encero a discussão.

Aos votos. Os deputados que concordarem com o requerimento, permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado. Eu passo a Presidência ao Sr. Feliciano Filho.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Feliciano Filho.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – FELICIANO FILHO - PSC** – Obrigado, deputado. Queria chamar para a Mesa o secretário de Meio Ambiente Mauricio Brusadin; a promotora de justiça do Gecap, Dra. Vânia Tuglio; e o biólogo Sérgio Greif. Gostaria de registrar a presença da Dra. Vilma, da Secretaria de Meio Ambiente; e a convidada Ana Maria Pinheiro, do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal.

Algumas pessoas dizem que não é bom passar os vídeos, algumas dizem que sim. A deputada Célia Leão foi favorável a mostrar tudo que a sociedade tem que saber e ver. As autoridades também. Eu quero passar alguns vídeos curtos para que todos tenham consciência.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** – Pela ordem, Sr. Presidente. Mais uma vez eu solicito a V. Exa., o nosso tempo é curto, muita gente tem que sair. Acho que os filmes são importantes – a Ana do Carmo também, todos falam – mas se o senhor olhar a plateia, todos que estão aqui já viram os filmes e estão cansados de ver esses filmes, porque são tristes. Eu solicito, se o senhor puder encurtar os filmes e nós começarmos na oitava. Desculpe, presidente.

**O SR. PRESIDENTE – FELICIANO FILHO - PSC** – Tem gente que não viu. Eu vou fazer um meio-termo. Temos oito vídeos e vamos passar apenas dois, porque é importante para elucidar essa questão. Por favor, vamos passar o primeiro vídeo – eu passei na reunião passada, mas hoje o público é diferente – alguns viram. O que está acontecendo é que a realidade que estamos vivendo hoje, é esta que vamos mostrar nesse vídeo.

\* \* \*

- É exibido um vídeo.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – FELICIANO FILHO - PSC** – Estão despedaçando um porco, enquanto o cidadão está segurando as duas pernas de trás dele, para que ele não fuja. Como se ele fosse fugir com 14 cães mordendo ele e o despedaçando em vida. Esse fato aconteceu em Mogi Guaçu, inclusive nós fizemos uma reunião com o Ministério Público, a Polícia Ambiental e o delegado local. Esse cidadão foi detido, mas pagou fiança e foi embora.

Eu gostaria de dizer a todos que estamos ao vivo pela TV Assembleia e agradecer a audiência. Atendendo à solicitação do deputado Roberto Tripoli, eu vou poupá-los porque na internet tem inúmeros vídeos desses, inclusive há um que se chama “Caçador”.

**O SR. WELLINGTON MOURA – PRB** – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu pediria que colocasse. Não é questão de poupar, nós não podemos poupar quem são os culpáveis por isso.

**O SR. PRESIDENTE – FELICIANO FILHO - PSC** – Atendendo à solicitação do deputado Wellington, um outro vídeo. Inclusive tem o caçador e eu quero chamá-lo aqui para CPI. Convocá-lo para prestar depoimento, porque isso é crime.

\* \* \*

- É exibido um vídeo.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – FELICIANO FILHO - PSC** – A Deputada Célia acabou de chegar para engrandecer a nossa reunião. Deputada, aquilo que senhora disse, é uma questão de que temos que mostrar. O que os olhos não veem, o coração não sente, então estamos mostrando. Peço desculpas do deputado Roberto, que se sensibiliza

muito com isso. Nessa saída eles mataram três, mas para mim isso não é javali, é um cateto. É um porco normal.

Ana, isso faz parte da democracia. Desculpe, mas tem pessoas que levantaram a mão e querem ver, os deputados membros desta Casa fazem questão de ver. A verdade tem que ser mostrada, seja dura ou não. Eu sou partidário disso, temos que mostrar que as pessoas se sensibilizam quando acabam vindo esse tipo de coisa. Temos que mostrar. Se você quiser voltar daqui a cinco minutos, não tem problema. Temos que respeitar a opinião dos deputados e parte do pessoal que está aqui presente, democracia se faz assim. Eu acho que deu aperitivo e para o adiantar do tempo, nós vamos dar andamento.

**A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB** – Pela ordem, presidente. Muito rapidamente cumprimentar V. Exa., os membros da Mesa, deputados e convidados, o público presente, as senhores e senhores, a nossa Polícia Militar, Polícia Florestal. Enfim, quem estiver aqui de autoridades do governo. De forma muito rápida, cumprimentando todas as senhoras e senhores. De forma especial, essa senhora que eu não conheço e é um prazer conhece-la, com todo o respeito. Fui eu mesma que há uma semana disse ao deputado Feliciano, em uma das nossas reuniões da CPI: olhos que não veem, coração que não sente.

Eu tenho uma luta, além dos animais, uma luta com pessoas com deficiência – não preciso explicar porque, 43 anos sentada nessa cadeira de rodas – onde eu pude, com a graça de Deus, ajuda da família, dos amigos e da sociedade, superar muita coisa. Mas as pessoas com deficiência ainda nesse planeta sofrem muito. Nós precisamos mostrar o que significa pessoas com deficiência, o que elas vivem, o que elas podem e não podem, e o que fazem com elas, principalmente violência contra mulher com deficiência, que não pode gritar porque não fala; não pode andar porque é parálitica; não pode se defender porque tem deficiência intelectual. Eu sempre digo que tem que mostrar o que está acontecendo e foi eu mesmo quem disse: olhos que não veem, coração que não sente.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** – Pela ordem, presidente. A senhora não estava aqui quando eu reivindiquei ao Sr. Presidente que encurtassem os filmes para que nós possamos começar a trabalhar. A deputada Célia, que trabalha também na proteção animal, a Ana Maria Pinheiro, por exemplo, eu não vou falar há quantas décadas ela

trabalha com proteção aos animais, porque ela começou antes de mim. A Sônia Fonseca também, 90% que está aqui conhece esses filmes, 90% são sensíveis a esses filmes.

Eu, particularmente, acho – para concluir – que tem que mostrar sangue sim; nas Universidades, para pessoas que nunca viram isso. Eu não consigo mais ver essa situação, há 40 anos eu vejo isso, eu não durmo bem. Eu não vou atrapalhar a reunião da Comissão, de forma alguma. Nas próximas reunião eu dou presença para abrir a reunião, me retiro, passam os filmes e eu volto para trabalhar; 90% da plateia conhece essa situação e o que nós estamos querendo resultado. O presidente quer sensibilizar, e está certo, é uma forma. Ele tinha três, eu pedi para reduzir. Eu não quero criar polêmica, eu prefiro começar. Só para registrar o porquê eu pedi para parar os filmes.

**A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB** – O senhor pediu um aparte e obviamente terá sempre que me pedir, por isso eu não encerrei e não concluí o meu pensamento. O meu pensamento é exatamente esse, nós não podemos respeitar nenhuma entidade, instituição ou pessoas, homens ou mulheres, jovens ou com mais idade, que trabalham nessa causa a décadas e conhecem isso, como o deputado Feliciano, a fundo. Mas eu penso que se não todos, alguma coisa – e eu não tinha ouvido a fala do senhor, deputado Tripoli, de resumir os filmes, que nós até concordamos, é verdade – mas acho que não podemos, em uma CPI com essa magnitude, que tem promotoria, polícia, todos para acabar definitivamente com essa violência, nós não apresentarmos pelo menos um pouco.

Eu concordo com o senhor. Nós estamos aqui – peço que o senhor não só componha o quórum e saia – peço que o senhor fique, porque nós precisamos muito do conhecimento, competência e respeito que o senhor tem a essa causa. Obrigada, deputado Feliciano. Podemos dar continuidade.

**O SR. PRESIDENTE – FELICIANO FILHO - PSC** – Obrigado, deputados. Eu quero encerrar esse assunto. Eu parei de comer carne depois que eu vi um vídeo de abate, acho importante e 95% das pessoas que se tornaram vegetarianos, foi por conta de assistir um vídeo de abate. Acho que as pessoas voltam naquilo que a Célia disse, o que os olhos não veem, o coração não sente.

Eu queria dizer a justificativa com relação a esse caso específico dos porcos. Nós estamos incorrendo em um erro muito grave. As pessoas, com a suposta autorização para abater esses animais. Estive na Secretaria de Meio Ambiente e conversei com a

Dra. Vilma, ela me deu uma explicação básica na ocasião – já tem quase um ano – dizendo que essa autorização tem aspas. Para caças, a pessoa precisa se inscrever na Secretaria do Meio Ambiente, tem que colocar o registro da arma – ela vai dizer com mais propriedade, nós vamos voltar aqui, vamos falar da constituição do Estado que veda isso, eu quem vou falar e quem entende disso.

O que está acontecendo é que as pessoas ouvem isso: “está liberada a caça”. Estão entrando para o meio do mato com não sei quantos animais e começa a carnificina. Esses vídeos difíceis que vocês viram, são 14 cães em cima de um porco e começa a carnificina, isso sim é crime de maus-tratos. Controle populacional é uma coisa, agora isso é crime de maus-tratos com requintes de crueldade, isso é outra coisa. Quando o cachorro entra no meio do mato para achar os porcos – seja javali, não justifica, o cateto também é crime caçar porque é silvestre – o cachorro não vai perguntar para o porco: “o senhor tem documento? O senhor é javali, o que o senhor é? ”. O primeiro bicho que de movimentar, eles matam. Tem um vídeo que eu não vou passar, mas mantaram uma onça. Foi o primeiro bicho que achou, matou uma onça, eles são dispostos a matar. Eles entram com espingarda, pegam uma capivara e matam, o que entrar na frente eles matam

O vídeo que eu passei anteriormente é um cateto. Além do crime de maus-tratos, é um crime ambiental porque está caçando animal silvestre. Fica difícil e isso é constante. Esses dias encontrei um cidadão em um bar, conversando: “amanhã a gente vai caçar”. Me aproximei – pena que eu não gravei a conversa. Outra coisa, pela regra que a Dra. Vilma me disse na Secretaria, o cachorro não pode encostar na caça. Eu só vi em desenho animado o cachorro apontando a caça, nunca vi um cachorro não encostar na caça. Fiquei sabendo de um caso que teve até fogo amigo. Eu recebo muita denúncia de gente que mora em propriedade rural e não sai mais nem da porta cozinha, com medo de tomar um tiro. Virou festa. Isso virou uma bagunça.

Quem tem que regular isso? É o governo. Eu quero salientar aqui que essa Comissão Parlamentar de Inquérito, os deputados, o nosso trabalho e a nossa visão são suprapartidárias, não tem copartidária, Célia disse isso muito bem na última reunião, que aqui o nosso compromisso é com a vida e com a sociedade. Nós não queremos saber se o partido A, B ou C, que está cometendo um crime ou está fazendo certo e errado, o que nós queremos aqui é que cada um faça sua parte de forma certa e legal – legal, diga-se de passagem – o que está acontecendo aqui é crime. Eu vou ter que mediar, estou ando o meu posicionamento. Eu acho que o Estado não pode transferir



para o civil esta responsabilidade, se tem que ter controle populacional, o Estado é quem tem que fazer, se não vai virar uma loucura. Daqui a pouco não vai poder entrar em propriedade rural, já que é tiro para tudo quanto é lado e o sofrimento que os animais estão sendo acometido.

Eu acho que falta ao Estado assumir a responsabilidade que é dele, esse governo que assumir. Por isso, eu convidei a Polícia Ambiental porque ela é quem tem mais capilaridade, que está mais ligada no dia a dia: “está liberado porque o Ibama libera.” O Ibama libera, mas a constituição do Estado veda, que é pela hierarquia das leis, não pode caças nada, de jeito nenhum. Por isso, convidei o secretário Mauricio Brusadin, que eu conheço de longa data, conheço a qualidade deste secretário. O Mauricio é uma pessoa que sempre buscou a questão ambiental e sabemos como é toda essa questão que ele vai enfrentar e está enfrentando. O que nós não podemos deixar, de forma nenhuma – nós sabemos que no Estado, desde que tenha critério técnico, o Estado não pode opinar por critério leigo, sob pena de improbidade. Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer o secretário Mauricio, que veio prontamente quando eu liguei para ele. Ele tem muita coragem e vontade, precisa de muita gente, todos nós da sociedade, de técnicos, para auxiliar a Secretaria para que pegue o rumo completo.

Eu quero convidar para a mesa a Dra. Vilma. Por gentileza, Dra. Vilma.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** – Pela ordem, presidente. Enquanto organizam as cadeiras, eu queria aproveitar e só informar que as pessoas mais antigas têm conhecimento. Na Constituição Estadual 1992, Ana Maria? Eu me lembro que eu, junto com Fernando Gabeira, peguei algumas pessoas vestidas de animais, viemos na Assembleia e fizemos um lobby contra um projeto de caça. Era de um deputado radialista, o Betel. Nós fizemos um grande lobby naquele momento, contra a caça no estado de São Paulo e conseguimos aprovar na Constituição Estadual a proibição da caça.

Eu acho, sinceramente, que o Estado de São Paulo – como o presidente disse muito bem – nós temos que respeitar a nossa lei estadual, independente da federal. Eu queria também colocar que nós estivemos com o secretário Brusadin, que eu também conheço a muito tempo e respeito, que me trouxe uma boa notícia. Quando o governador o convidou, disse a ele que uma das prioridades era a questão da proteção animal, que ele tinha que trabalhar e por isso, ele me procurou para ouvir o que poderia fazer. Eu estou muito animado com o Brusadin nessa situação.

Ao mesmo tempo, eu pedi a Polícia Ambiental que estão aqui os representantes – eu estou colocando isso para que, na fala do secretário, eles apresentarem uma resposta – eu pedi ao representante da Polícia Ambiental que na Ilha Bela soltaram um javaporco. É o que o presidente falou mesmo, eles saem para caçar e é tiro para ver cair, secretário, porque não vai comer. Eu pedi a Polícia Ambiental que colocasse uma viatura da Ilha Bela para conter a caça, porque é um Parque Estadual, é uma Ilha e tem muita caça.

Eu gostaria de ouvir também do Sr. Secretário, porque eu sei que já fizeram várias apreensões na Ilha Bela desde que colocaram a viatura, está lá 24 horas. Eu estou falando de uma ilha, mas o nosso país é imenso. Eu gostaria de ouvir do secretário, essa questão de como estão as apreensões, que eu concordo com o nosso presidente Feliciano, eu acho nós temos que respeitar a legislação estadual, que nós podemos legislar em causas locais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE – FELICIANO FILHO - PSC** – Eu vou passar a palavra para Dra. Vilma, para que ela esclareça como funciona essa questão. Como é que a Secretaria do Meio Ambiente está se comportando com relação a esta deliberação sobre a caça de, entre aspas, javali. Por favor, doutora.

**A SRA. VILMA CLARICE GERALDI** - Bom dia a todos. Obrigada pelo convite/convocação. Na verdade, o controle no estado de São Paulo, de fato a constituição já traz um artigo que diz que a caça é proibida.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Por gentileza, a assessoria está dizendo que a senhora precisa ler o termo primeiro.

**A SRA. VILMA CLARICE GERALDI** - Eu, Vilma Clarice Geraldo, infra-assinada no RG 685.560-7, exercendo o cargo de diretora do Departamento de Fauna na Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, fui convocada a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito como testemunha, com fundamentos nos Art. 203 e 218 do Código de Processo Penal, combinados com o parágrafo segundo do Art. 13 da constituição do Estado, e com o Art. 3 da Lei Estadual 11.124, de dez de abril de 2002.

Declaro que fui advertida a dizer a verdade sob pena de incorrer no crime previsto no Art. 4, inciso dois da Lei Federal 1.579, de 18 de março de 1952. Assino em cinco de dezembro de 2017. Posso?

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC - Por favor.**

**A SRA. VILMA CLARICE GERALDI -** De fato, a constituição do Estado veta a caça. A Lei de Proteção à Fauna do Estado de São Paulo também veta a caça. No entanto, elas têm algumas exceções; quando é permitido o controle do animal, no caso de agressão ou perda de saúde, ou por problemas ou perdas na agricultura e pecuária. Esse é um ponto. Com relação à autorização para uma pessoa ser controladora de javalis, e no caso usamos o termo “controle” porque não é caça. Pelo menos entendemos dessa forma, e é assim que deve ser entendido.

O indivíduo interessado entra num sistema federal do CTF - Cadastro Técnico Federal, se inscreve na categoria Controle de Espécie Exótica Invasora, que é a situação do Sus scrofa, o nome científico do javali e de seus híbridos. Essa é uma espécie considerada uma das cem espécies mais danosas, e exótica invasora no mundo inteiro. Ela foi declarada nociva pelo Ibama. Esse indivíduo se inscreve no CTF e depois apresenta trimestralmente à secretaria um documento, ele manda por carta ou pessoalmente, de onde ele foi fazer o controle.

Mesmo que ele não tenha feito o controle, ele tem que apresentar esse documento. Na medida em que ele apresenta esse documento, nós abrimos um processo em nome dele, e fica lá guardado. Periodicamente ele vai inserindo esses relatórios. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente não emite autorização para esse tipo de atividade. Só é previsto na IN-3 - Instrução Normativa Ibama/2013, que é necessária a emissão de autorização quando é previsto armadilhamento. Não se trata de constituir uma armadilha que possa ferir o animal, mas um brete, um cercado, e esses animais são cevados para depois ser feito o controle.

Nesse sentido, a secretaria desde sempre só emitiu uma autorização para armadilhamento. Até hoje essa pessoa que solicitou não informou, e acho que nem está em atividade para fazer esse controle. Mais alguma questão?

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC -** Então a autorização é automática? A pessoa se inscreve no âmbito federal para ter.

**A SRA. VILMA CLARICE GERALDI - Isso.**

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC -** Então o Estado não tem nenhuma forma de controle sobre isso? A Secretaria do Meio Ambiente não se mete nessa questão, não tem nenhum controle?

**A SRA. VILMA CLARICE GERALDI -** A nível estadual nem nós, nem o Estado e nem outro Estado, porque funciona dessa forma. O que o Ministério do Meio Ambiente está fazendo é coordenar um plano que foi aprovado recentemente, agora em meados de novembro. Ficou o ano inteiro sendo trabalhado, é um plano que está disponível inclusive no site do Ibama. São 119 páginas, e vários temas são tratados nesse plano para ser desenvolvidos.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC -** Então toda essa normativa de que o animal não pode encostar na caça, igual a senhora me disse, é tudo um regramento federal?

**A SRA. VILMA CLARICE GERALDI -** Na norma federal, a IN-3 não menciona cachorro, a caça com o animal. Mas as pessoas acabam utilizando. Então não temos como... Nesse plano aprovado agora em novembro, esse será um dos temas a ser tratados pela equipe que compõem os representantes dos diversos estados.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC -** Queria convidar o coronel para fazer parte da Mesa. Infelizmente está sem espaço, mas colocamos uma cadeira ali agregada. Vamos ter que passar a bola para a Polícia Ambiental? Coronel, em primeiro lugar queria cumprimenta-lo e agradece-lo por ter aceito o convite imediatamente. Diante dessa questão que a Dra. Vilma disse, que o Estado praticamente não tem nada a ver com essa questão, então o Estado não tendo nenhum regramento com relação a isso, e seguindo um regramento federal, o que sobrou? Obviamente vamos discutir essa questão do Estado daqui a pouco, sobre a constituição do Estado que veda. Enfim, não sou eu que vou discutir isso.

Queria saber do senhor se esses vídeos que passamos aqui, os animais sendo mortos dessa maneira, se a Polícia Ambiental considera isso maus-tratos ou não.

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - Bom dia a todos. É nítido que os animais que foram expostos nos vídeos sofreram uma condição ruim de abate. Não tenha dúvida. O que o próprio deputado Tripoli falou é que não são imagens agradáveis de se ver. E por si só, as imagens já são uma resposta à pergunta do senhor. Certamente não é a melhor forma de se fazer o manejo do animal. O que é importante deixar claro é que a Polícia Ambiental trabalha dentro da legislação vigente, seja ela qual for.

Hoje temos uma legislação permissiva de abate, que é denominada de manejo, e atuamos no excesso do exercício desse manejo. Nós temos no ano de 2017 sete ou oito ocorrências em que foram lavrados Boletins de Ocorrência por maus-tratos de caçadores. Em sua grande maioria do próprio javaporco. Agora enquanto houver essa permissão, a Polícia Ambiental não pode criar uma legislação paralela à sua vontade e impedir que isso aconteça. É importante que se entenda que a Polícia Ambiental trabalha dentro dos parâmetros legais. Se houver maus-tratos confirmados e surpreendidos naquele momento - porque depois que pegamos o porco morto, não dá para falar que teve maus-tratos, a não ser que seja uma situação do porco despedaçado pelo cachorro.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Ou com marcas de mordidas.

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - Se pegarmos nessa condição, possivelmente seria possível tomar alguma providência legal. Agora caso contrário, e o que eu estranho é que temos alguns canais, e não são poucos, de denúncia. O Portal da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo tem cinco ou seis formas de se praticar todo tipo de denúncia. E nós não temos muitas denúncias. Nós temos, no ano de 2017, 557 ocorrências de maus-tratos. Nós atuamos nesse crime. Agora se não chegar ao conhecimento da Polícia Ambiental, mesmo com a permeabilidade que a PA tem no estado, fica difícil de surpreendermos.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - O senhor tem recebido denúncias pela DEPA - Delegacia Eletrônica de Proteção Animal também?

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - A delegacia eletrônica migra via ofício para nós quando acontece a denúncia. É uma das modalidades de denúncia. Temos um aplicativo desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente chamado Denúncia Ambiente. É excelente para elaboração de denúncias, inclusive possibilitando o georreferenciamento, fotografia, para fazermos a devida operação. Todas as denúncias recebidas são devidamente apuradas.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Me permite, presidente?

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Pois não, deputado?

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Me diga o número de apreensões de denúncias. O senhor falou de 500 e poucas. Eu requeiro de V. Exa. esses dados todos para a Comissão analisar. Poderia me explicar que tipo de maus-tratos o senhor tem? De 500 denúncias, a maioria são de que tipo?

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - A grande maioria são com animais domésticos; aves, temos uma demanda muito grande com criadouro de cães, uma certa rotina com criadores de porcos irregulares. Eu já tive a oportunidade, com o próprio deputado Feliciano, a primeira oportunidade que nos falamos numa situação de criação de porco na Zona Sul de São Paulo, onde não tinha a menor condição. Fomos lá, atuamos e elaboramos o Boletim de Ocorrência. Mas na grande maioria é com animais domésticos.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Muitos que criam animais domésticos? Canis?

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - Até algumas ONGs que têm os animais e não exercem da forma correta o manejo deles. São locais sujos, falta de alimentação adequada. A grande maioria é animal doméstico, e uma boa parte de aves.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Queria saber da orientação que é passada, porque sabemos da capilaridade da Polícia Ambiental, e infelizmente que nem digo agora, não gravei o cidadão que encontrei no bar que é caçador. Sabemos que em todo lugar tem os bons e maus policiais, bons e maus

deputados. Enfim, toda profissão tem os bons e maus. E sempre parablenizo a Polícia Ambiental quando tenho oportunidade, porque é parceira do nosso trabalho na luta e proteção animal. Mas esse cidadão que estava no bar eu falei “o senhor sabia que não pode, que é crime caçar com cães?”, e ele falou “ah a polícia vê, está sabendo”.

Enfim, queria saber qual é a orientação com relação aos cachorros. Se tem, pode caçar ou não pode? Ou acha que o cachorro é ensinado e não vai encostar na caça? Qual é a orientação que a Polícia Ambiental dá para todos os locais?

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - A caça é proibida com ou sem cachorro. No caso do manejo do javaporco, que a lei assim o enquadra, não há nenhuma restrição para o cachorro localizar. Não existe nada que proíba. Agora o cachorro fazer o que estava sendo feito já é um excesso. A orientação é para que não se deixe acontecer.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Tem algum caso concreto disso, de que a polícia atuou?

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - Não, esse ano nos dados que levantamos não temos casos em que houve o flagrante da prisão do indivíduo caçando com cães. Inclusive eu pediria que essas denúncias que o senhor recebe, se puder remeter para nós será muito útil.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Vou remeter, com certeza.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Sr. Presidente, posso fazer um questionamento para compreender melhor?

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Pois não, deputado?

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Qual a diferença real entre a caça e o manejo?

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - Então, o que acontece? Existem animais que são considerados nocivos. A própria normatização do manejo do javaporco considera ele como um indivíduo exótico, que é nocivo ao meio ambiente. O javaporco, e isso é

notório, é necessário que seja feito um controle. Nós tivemos a oportunidade de sobrevoar a região de Rio Preto até Santa Fé do Sul, e percebemos principalmente a lavoura dizimada pelo javaporco. Fora isso, ele assoreia as APPs, a parte de rios. Ele é realmente um indivíduo complicado. Não significa que se justifique fazer o que estão fazendo, mas é complicado ao meio ambiente.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Então só para esclarecer, a diferença entre manejo e caça depende da espécie, correto?

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Posso colaborar? É o seguinte, a fala dos caçadores é que eles não caçam, mas fazem manejo por existir uma superpopulação. Então a mentira é manejo. Nos Estados Unidos, por exemplo, é liberada a caça. E o dinheiro que eles pagam por cada alce é revertido para o manejo. A palavra manejo para nós protetores de animais é triste. Não é manejo. O javaporco é um javali que foi solto para caçar, e começou a namorar os porcos silvestres. Então se libera a caça, como a moça falou, porque dizem ser exótico. Mas ele somou com o porco e virou javaporco.

Então quer dizer, são desculpas. Que nem a autorização estadual, federal. Não existe. E o manejo também me desculpe, mas não existe na Secretaria do Meio Ambiente nenhum estudo que prove. Quer dizer, a não ser o javali que acaba com as plantações e você tem esse flagrante. Mas de resto você não vai me falar que vai fazer manejo de papagaio, de porco, de animais silvestres. Só para entender melhor a situação.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Já para irmos caminhando e desenvolvendo um raciocínio, acho que temos dois problemas. Um é jurídico e outro é técnico. Como estamos fazendo com a CPI anterior, da questão de aquisição de animais para o ensino, estamos seguindo e construindo um raciocínio técnico e um jurídico concomitantemente, até para apurarmos a questão de imputação de crime e modo de resolver a questão.

Agora gostaria de passar a palavra para a Dra. Vânia Tulio, promotora de Justiça do Gecape de São Paulo.

**A SRA. VÂNIA TULIO** - Boa tarde. É uma honra estar na presença do Sr. Secretário, e de todos aqui na Mesa. Fico até um pouco intimidada com Vossas



Excelências. Mas essa questão, e seguindo a continuidade imediata do que estava sendo falado, o senhor tem razão quando disse que é um engodo. Toda essa história de caça, de IN-3, na minha opinião, é um engodo. O Legislativo e a sociedade brasileira estão sofrendo um engodo por parte dos caçadores e daqueles que estão financiando, e vão ganhar dinheiro com isso.

Vai aumentar vertiginosamente o número de armas no país sem controle, porque ninguém mais vai conseguir controlar. E por que falo que é um engodo? Se olharmos a Lei dos Crimes Ambientais, em seu Art. 37, ela já prevê a possibilidade de matar o animal que é nocivo para as lavouras, pomares e rebanhos. Já está previsto, não precisávamos de uma Instrução Normativa. A própria Lei Federal 9.605 já prevê essa possibilidade. Por que falo que é engodo? Porque ou é caça, e está proibido, ou é manejo. Se é manejo, tem que obedecer a Resolução 257/07, do próprio Ibama, que diz que precisa ter licença prévia. Então esse cadastro é uma liberação à caça, levando de roldão tudo que existe de legislação no Brasil.

A pessoa que descumpra o cadastro, o que ela sofre? Não tem. Como eu anulo um cadastro? É um cadastro. Ele vai lá no computador, coloca o nome, seus dados. E aí? Ele descumpriu, o que você faz? Porque se é uma licença você cancela, você anula. Então vocês me desculpem, mas tudo isso é um grande engodo. Não sei como fazer isso, mas acho que a única solução é revogar a Instrução Normativa 3/2013. Primeiro que isso é a própria fiscalização, a chefia do Ibama quem diz. Não se sabe datas e locais onde serão feitas as caçadas. Ela diz que os caçados deveriam informar o Ibama ou o Estado de quando iriam fazer a caçada, em que local, com que armas, para que a fiscalização fosse exercida. Isso não é feito. É piada. Nem no Japão isso funcionaria, na Suíça, e muito menos no Brasil.

Não se sabe o número de caçadores, o número de javalis e nem os locais em que eles estão. E eu pergunto, onde está o princípio da precaução? Como você autoriza o assassinato, a morte de um ser sensível, sem antes o Estado ter um levantamento populacional e locacional desses animais? Não há meios de avaliar a efetividade dessa matança. E vou falar numa seara alheia, do que eu sei o javali, por ser um animal exótico, mas gregário, não adianta você matar um animal. Ele vai continuar se reproduzindo. O correto seria a ceva, que a Dra. Vilma falou que só tem um pedido que não foi justificado. O correto é isso, você ceva o grupo de javalis e maneja aquele grupo. Não é qualquer da sociedade, mas o técnico fazer isso para garantir que ele não será estraçalhado, torturado ou sofrer maus-tratos.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Me permite um aparte, promotora?

**A SRA. VÂNIA TULIO** - Pois não, por favor.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - E a questão da castração? Porque manejo é a morte. Quer dizer, nós vamos cevar, concordo plenamente. Ceva é alimentar. Coloca o alimento ali, os animais vêm, você ceva e sabe onde o grupo está. Agora pegar o grupo e sacrificar também? Será que não seria o caso que nem estamos fazendo com os domésticos, Feliciano? Castrar? Não quero cortar o raciocínio da promotora, só queria colocar que é difícil.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Queria só agradecer a presença do nosso deputado André, que acabou de chegar. Deputado Tripoli, quando a Dra. Vânia fala é da questão jurídica. Depois temos outra pessoa, o biólogo, que vai entrar nesse assunto que você acabou de inquirir agora. Doutora, pode continuar.

**A SRA. VÂNIA TULIO** - Então, os caçadores não entregam os dados e relatórios conforme previsão na própria Instrução Normativa. Aliás, isso não acontece nem na Espanha, um país que permite a caça há décadas, e que realmente já está se conscientizando que não há como controlar animais que estão em risco de extinções sendo mortos, em locais especialmente proibidos. Então se não tem lá, não vai ter aqui também.

O que se tem de informação sobre javali são os próprios caçadores ou fazendeiros que dão as informações. É óbvio que eles não dão informação que desfavoreça o interesse que eles têm de continuar matando. Aliás, costumamos dizer que toda essa história começou com a Instrução Normativa 3/2013. E ninguém está questionando isso, mas essa história começou com um fazendeiro que ilegalmente e criminalmente soltou o javali na natureza. Isso é crime, e ninguém questiona. Onde apareceu o primeiro javali? No Rio Grande do Sul, provavelmente. Quem foi atrás? Qual investigação foi feita para descobrir o crime praticado por esse fazendeiro?

Não há estudo, como deveria existir, para identificar os locais prioritários. Ou seja, onde existe o maior grupo de javalis para ter uma ação efetiva. O Ibama já constatou o hiatus; se o javali começou um descontrole aqui - e javali não voa, nem

nada, nem pega barco, nem avião - não poderia aparecer um grupo de javalis em Goiás. Não poderia aparecer outro grupo de javalis em Ilha Bela. Então é óbvio que esses caçadores e fazendeiros estão pegando os filhotes, que são mais fáceis de manejar, e soltando em diversos locais para criar uma ideia de que existe um descontrole, e aí justificar tudo que estamos vendo agora.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Doutora, queria só fazer um parêntese, sem quebrar o raciocínio. Inclusive hoje estão formando clubes de caça, que cobram mensalidade e por cada aventura, vendem cachorros. Virou uma indústria da caça. Esses clubes têm como único interesse o financeiro.

**A SRA. VÂNIA TULIO** - Tem até um aplicativo chamado “Aqui tem Javali”. Já se captou mensagem orientando a não matar fêmeas e filhotes, justamente para que possam se reproduzir cada vez mais. Já se percebe também no Rio Grande do Sul, em duas ou três cidades, outra espécie invasora, o axis, que na verdade é um veado. Ele também é exótico, originário da Índia. O que essa IN está proporcionando é justamente a soltura de animais exóticos na natureza, e no bioma brasileiro. Não vou falar nem das consequências nefastas para o próprio bioma e animais nossos, para justamente cada vez mais ampliar o espectro de caça.

Pois bem, tem mais um aspecto que eu queria falar. Por tudo isso temos que pensar especificamente em relação ao Estado de São Paulo. Nós temos o 204 da constituição do Estado, que proíbe caça sob todas suas formas. Está lá bem claro. E inclusive o que o senhor falou de que o Estado pode legislar de forma de interesse local, isso foi inclusive confirmado por um voto no Supremo Tribunal Federal que disse exatamente isso. São Paulo podia e devia legislar proibindo a caça porque é interesse do Estado, que tem suas especificidades. Cada Estado tem as suas.

O Estado de Santa Catarina já está autorizando caça, contrariando toda a legislação. Um dos projetos de lei que está em Brasília é para que o controle e a gestão da fauna venham completamente para os Estados, sem a participação do Ibama. Então o que a Emenda Constitucional 140 fala é que os Estados poderão fazer a gestão da fauna, mas a título colaborativo com a federação. Em colaboração com o Ibama. Não é isso que está acontecendo; o que eles querem é que cada um controle seus animais de maneira absolutamente isolada e sem qualquer controle federal.

Já disse da Resolução 237. Se a caça não pode em São Paulo, se é manejo, tem que ser feito pelo Estado e obedecer a Resolução 237 do Ibama. Portanto, acho que já falei tudo. Deixa eu ver se não esqueci nada importante. Com relação a esses vídeos, a deputada me perguntou e vou falar da especialidade do Dr. Olim. Esses vídeos podem ser encaminhados para a Polícia Civil, instaurar um inquérito policial e pesquisar o IP, a origem dos vídeos, e a partir daí tentar identificar os autores. Qualquer vídeo pode ser encaminhado para a polícia, e pode partir dessa própria Comissão.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Igual fizemos em Mogi Mirim, da mesma forma.

**A SRA. VÂNIA TULIO** - É isso. Muito obrigada.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Me permite, presidente? Só para colaborar um pouquinho. Eu pedi à minha assessoria e estão desenvolvendo um projeto de lei para ser apresentado para a próxima semana. Eu estava questionando isso que a doutora colocou agora. Nós fizemos na constituição estadual a proibição da caça, mas não tem sanção. Então pedi para minha assessoria apresentar um projeto de lei semana que vem, criando a sanção. Hoje a Polícia Ambiental colocou que é proibido, mas não tem nenhuma sanção, nenhuma multa. Então vou aproveitar um projeto de lei criando multa para os caçadores. Nós temos que mexer no bolso ou na saúde. Hoje não tem sanção nenhuma, é só proibido.

Não é uma coisa que vai resolver, mas acho que ajuda. A hora que você começar o cara em flagrante e multar em cinco, dez mil reais, ele começa a pensar duas vezes. Só para colaborar com a discussão.

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - O senhor me permite um aparte? A lei federal prevê multa e penalização no crime de caça.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - E aí é o Ibama que faz essa multa ou convênio com a Secretaria do Meio Ambiente? O senhor mesmo pode aplicar a multa?

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - Não, a Polícia Ambiental faz a autuação.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Quais são as multas?

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - Depende do local da caça...

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Se é uma área de preservação, se é um parque estadual...

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - Se a caça é feita à noite...

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - São pesadas? O deputado Olim está perguntando. Em extinção está bom, cinco mil eu acho que é uma. Mas o outro é muito pouco. Javali 500 eles adoram, caçador é tudo rico.

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - Então, mas no caso do javali ou do javaporco, se ele estiver enquadrado nesse status de manejo não é possível aplicar essa autuação. É só em caça de animais silvestres da fauna.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - E o javaporco, é considerado o quê?

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - Mesma coisa, ele é considerado um animal exótico.

**A SRA. VÂNIA TULIO** - A Dra. Vilma pode confirmar, o coronel Sardilli. Existe uma previsão de redução da multa, não é isso? Por vezes você vê a multa muito alta, e ela pode ser reduzida até tantos por cento por ocasião do pagamento ou daquela audiência de transação.

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - A caça não tem condições de reparar danos. No caso a redução no atendimento ambiental se dá na supressão de vegetação. Se é possível reparar o dano, a autuação pode ser reduzida desde que o autor assumo o risco e se comprometa. Agora no caso da caça de animal silvestre, não tem como reduzir.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Então para aproveitar, eu queria saber quantas multas vocês têm dado em relação aos caçadores. Porque os caçadores estão aí, os filmes já mostraram.

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - Especificamente sobre Ilha Bela precisamos levantar, e podemos encaminhar o dado para a CPI. Outro dado importante é que no ano de 2017 foi dito aqui sobre a dificuldade de controle de armamentos. A Polícia Ambiental apreendeu 886 armas de caça só em 2017, um número bastante expressivo.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - É feito o que com o valor da arrecadação das multas?

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - Vai para um fundo existente na Secretaria do Meio Ambiente.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Sr. Presidente, eu requeiro que V. Exa. requeira do secretário do Meio Ambiente e dos responsáveis pela Polícia Ambiental tudo que foi feito no último ano. Quantas multas foram dadas, quantos caçadores pegos. Todo o relatório para que possamos fazer uma avaliação para o deputado Kaká, e apresentarmos o relatório para que tenham conhecimento. Eu que milito na área a promotora não temos conhecimento desses dados.

**O SR. ALBERTO SARDILLI** - Para o senhor ter uma ideia, só de maus-tratos em 2017 foram um milhão e meio de multas aplicadas pela Polícia Ambiental. Só de maus-tratos naquelas 554 ocorrências.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Peço ao deputado Tripoli que faça por escrito à Comissão para deliberarmos.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Olha presidente, vou dizer que essa Assembleia Legislativa é triste. Para mim o Plenário é soberano, eu entro com requerimento e se tiver maioria dos deputados nós aprovamos. Agora tem que entrar com 24 horas para outra sessão se tiver quórum... A Câmara Municipal é muito mais ágio. Não estou criticando você, mas o Regimento Interno desta Casa. É triste.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Concordo plenamente. Precisamos mudar esse regimento, porque realmente nos amarra com relação a essas questões. O Plenário é soberano e sempre foi, mas nas Comissões tem que aprovar requerimento. Concordo com Vossa Excelência. Antes de passar a palavra para o secretário Mauricio Brusadin, queria dizer que de todos esses vídeos que vi até agora e que estão na internet, não vi nenhum javali. Eu já vi cateto, um porco, queixada, mas não me lembro de ter visto um javali.

Eu acho que mais uma vez é o problema financeiro imperando, como dissemos na reunião passada com os biotérios. É sempre o dinheiro falando mais alto. Hoje você vai na internet e tem venda de cachorro, clube de caça, cobram não sei quanto para viagem de caça, o aplicativo Aqui tem Javali. Enfim, quero passar a palavra para nosso secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Mauricio Brusadin.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Me permite só uma fala curta, presidente? Queria lembrar, para quem não tem conhecimento, que a Lei 5.197/1967, dizia que era crime inafiançável com pena de dois a cinco anos de reclusão para quem caçar, perseguir ou maltratar um ninho. Lembra disso? A lei era de crime inafiançável. A história mudou na constituição federal. Uma pessoa estava pescando num lago de Brasília e viu um pato, e pensou “vou comer esse pato”. Não tinha dinheiro, caçou o pato e foi preso. E aí teve uma discussão em Brasília e mudou a lei. Quer dizer, nós tínhamos uma lei boa. Eu digo isso em 1967. Você caçou, está preso e é inafiançável. Só para registro, para sabermos como o mundo está mudando.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Por favor, secretário.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Boa tarde. Quero agradecer a presença dos deputados e deputadas Ana do Carmo, Maria Lucia Amary, meu amigo Roberto Tripoli, meu colega de trabalho Delegado Olim, Feliciano um lutador da causa, o Pedro Kaká, Wellington Moura, Itamar Borges, Carlão Pignatari, Caio França, André, Célia Leão, a Dra. Vânia, o comandante Sardilli, o Danilo coordenador da CBRN e a Vilma.

Quero ser breve só para trazer alguns pontos. Tripoli, você até lembrou de um fato agora que me veio à memória quando em 91, eu até trabalhava com o Fábio Feldmann, e talvez metade dessa discussão aqui não aconteceria. Nós perdemos uma ação na

justiça porque esse primeiro fazendeiro que importou javali, nós entramos com uma ação para impedir que ele importasse. Infelizmente foi liberado. Eu lembro disso, e estava até brincando tentando lembrar, porque acho que era 91. Vieram no gabinete do Fábio Feldmann. Infelizmente a justiça liberou a vinda desses javalis, um animal exótico, e hoje estamos diante de um problema.

Mas quero ser curto aqui para chamar vocês para algumas reflexões. Dado que o problema está diante de nós - nós temos um problema, não dá para imaginar que ele não existe. Eu sei que tem gente que vai discordar de mim, e respeito isso. Feliciano, principalmente em nossas unidades de conservação já temos estudos e relatos feitos pelo Botânico, pelo zoológico, pelo próprio IF, a Fundação Florestal, de que há presença, nas unidades de conservação, de uma grande quantidade de javalis e javaporco, e que tem prejudicado nossa fauna e flora nessas localidades. O ideal é que soubéssemos o tamanho dessa população para pensarmos em políticas para mapear isso.

Mas estamos diante de um problema e precisamos encontrar as melhores soluções. Tendo isso como ponto de partida, antes mesmo da convocação, quando você me ligou até anunciei que montamos um comitê, e já foi publicado no Diário Oficial. Queremos convidar todos que possam colaborar com isso para que pensemos em quais metodologias podemos usar para tentar fazer o controle dessa população. Nós temos um excesso de população. Os dados que tenho são relativos às nossas unidades de conservação. Esses dados podem ser enviados pela Fundação Florestal para vocês.

E há, por parte de biólogos da fundação, relatos de que como perdemos o predador natural, a onça... E às vezes precisamos levantar a questão da sustentabilidade. Por que estamos diante desse problema? Porque perdemos o predador natural, infelizmente. Então montamos esse comitê com caráter oficial na secretaria para ouvir - como já ouvi do Tripoli, de você, do Sérgio, da Maíra que está lá. Eu tenho ouvido várias técnicas que possibilitem construirmos técnicas de controle mais sustentáveis. Nenhuma delas se tornou política pública. Tem a própria experiência de Viçosa, que deu início a uma resolução da Secretaria do Meio Ambiente junto com a Secretaria da Saúde. Já foi um baita avanço.

Acho que agora precisamos somar nossas forças para, junto com a ciência, buscar soluções para que possamos fazer formas de controle que sejam menos danosas aos animais. Sou sensível a causa, não só da proteção animal, mas acho que todos nós aqui temos uma obrigação de zelar por aqueles que não têm direito a voto e a gritar. Eu sempre incluo as futuras gerações e nossos animais, porque sem nossa voz não teremos



olhares para eles. A primeira coisa é que eu queria convidar os membros dessa CPI, as entidades que estão aqui para que nos informem e colaborem com esse debate. A secretaria está disposta a traçar uma política, e inclusive dentro dela, encaminhar propostas para o Ibama.

A atual presidente do Ibama é uma pessoa sensível. Não estou aqui para defendê-la, mas é uma pessoa sensível. Se conseguirmos apontar caminhos para que São Paulo exerça essa liderança e aponte caminhos para solucionar a questão que estamos diante, acho que construiremos um caminho para isso. Feliciano, as pessoas às vezes no calor da paixão, atacam e etcetera. Mas queria referendar o papel do comando da Polícia Ambiental, ainda mais do comandante Sardilli. Para quem não sabe, o corpo da Polícia Ambiental, só de unidades de conservação no estado de São Paulo, temos 122. Isso eu falo de uma das funções da Polícia Ambiental.

Nós temos um corpo quase impossível para cuidar de tudo que vemos nesses vídeos horrorosos. Você mesmo já me fez denúncias que a polícia agiu rapidamente. Nós precisamos contar com o envolvimento da população nesse caso. Não dá para dizer e jogar toda a responsabilidade como se a Polícia Ambiental conseguisse coibir isso no estado todo. Essa mentira eu não vou dizer, porque como diz a promotora, seria um engodo. Nós temos que construir um caminho para que juntos façamos a denúncia e coloquemos na cadeia, façamos a punição com o olhar vigilante da sociedade.

Nós sabemos que esse tipo de atividade ilegal, geralmente quando pegamos esse tipo de gente, tanto é que os pedidos da secretaria são poucos para manejo. Isso tudo não tem autorização. Outro dia mesmo o Feliciano me ligou oito horas da noite “o cara está aqui e falou que tem autorização para matar um cateto”. Eu fui ver e não tinha autorização nenhuma. Isso é criminoso. Quando o cara grita e fala que tem autorização da Secretaria do Meio Ambiente, podem pegar meu telefone e ligar na secretaria que vou atrás. É criminoso.

Agora para coibir esse tipo de criminoso não adianta achar que a Polícia Ambiental tem perna para cobrir o estado todo, ainda mais porque esse tipo de atividade ilegal é um tipo de atividade que o cara sabe quando faz, a hora que faz e pode fazer escondido. Então convido vocês para que nos ajudem a buscar saídas. Não há, por parte da secretaria, uma insensibilidade com objetivo de mudar os protocolos. É possível mudar protocolos, vamos construir, mas o conhecimento científico para virar política pública tem um tempo. Então como vamos fazer o controle desses javalis e javaporcos, se não encontrarmos saídas?

Uma coisa é dizer “o Estado tem que cumprir essa função”. Seria o ideal, mas como construir isso, com que metodologia e técnica? Vocês estavam falando de Ilha Bela, e ontem mesmo estive com o prefeito de Ubatuba e ele me disse que na Ilha Anchieta está cheio de javali. Nessa ilha que é longe.

**O SR. ROBERO TRIPOLI - PV** - É um parque estadual, pequeno, mas subordinado à Vossa Excelência.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Exatamente. Imaginem vocês que ele não foi conversar disso.

**O SR. ROBERO TRIPOLI - PV** - E lá eu vou dizer, tem segurança paga por vocês.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Exatamente, é incrível. Quer dizer, se chegou na Ilha Anchieta, imagino que isso esteja espalhado pelo resto do estado todo. Então achar o responsável originário eu até acho. Se ficarmos aqui buscando o culpado originário eu até acho. Não vou dizer o nome do juiz que liberou a importação quando nós do gabinete fomos contra, mas não adianta. O que estou propondo a vocês é que de nada adianta ficarmos escolhendo quem é mais culpado por essa história. A realidade é que nós temos uma população imensa espalhada, uma Polícia Ambiental que age frontalmente para caçar e pegar armas de caçadores.

Mas mesmo agora começamos a adoção de um programa chamado Dejem, que é um pagamento por uma operação delegada para que os policiais possam trabalhar mais no fim de semana. Mas não existe tamanho de corporação suficiente para coibir isso, se não trabalharmos com denúncia e envolvimento da população. Além do super aplicativo que a secretaria lançou - vocês que são mobilizados nas redes, nos ajudem, porque o cara pode mandar foto, fazer anonimamente, então não tem perigo. Eu lembro uma vez que o Fábio Feldmann me mandou uma denúncia, e eu sou muito sensível. Além do meu cachorrinho, sou fanático pelo mico-leão-preto, símbolo de São Paulo. Eu gostaria muito que mais gente nos ajudasse nessa causa do mico, porque é um animal só nosso, só tem em território paulista e vive em constante estado na lista de extinção.

Uma vez recebida a denúncia, o cara que fez a denúncia, deu cinco dias e tinha gente na frente da casa querendo matar ele. Era um gestor nosso, não posso dizer o

nome porque estamos numa investigação secreta. Mas entramos na justiça ontem porque tem um super, outra causa que o Olim deve conhecer bem, como o tráfico de aves caminha bem com o crime organizado e com drogas. E amanhã vocês devem ter uma notícia horrível. É uma ação nossa e não posso abrir porque corre em segredo de justiça, mas porque empresários decidiram investir na produção de grandes viveiros de aves. Uma arara-azul pequena vale 500 mil dólares, pasmem. E isso virou instrumento de lavagem de dinheiro, e ela sempre anda junto com o tráfico de drogas, etcetera.

Estou chamando vocês para uma reflexão conjunta para que possamos, numa relação de confiança... Eu sinto que tanto na CBRN, a Vilma, o corpo inteiro da Polícia Ambiental e nosso pessoal da secretaria, há uma sensibilidade tremenda para tratar do assunto. E às vezes o que me incomoda e deixa chateado é que preferimos atacar pedras como se o responsável pela importação de javalis fosse nosso técnico ali embaixo, ou algum membro da Polícia Ambiental. Em nenhum momento deixamos de ter o desejo de trabalhar esse assunto e buscar saídas.

E através desta Comissão, que é um excelente trabalho Feliciano - ele me liga quase toda semana, acho que tem uma ala da Polícia Ambiental que serve só ele. O Tripoli já foi na raiz, chegou e disse “eu preciso disso em 24 horas em Ilha Bela para agir lá”, e o comandante logo fez isso.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Me permite secretário, dentro da sua fala? Eu gostei de tudo que o senhor falou aqui e concordo, só não concordo que a culpa não seja do Estado. É culpa do Estado sim. Você vai me desculpar. O senhor chegou agora, não estou responsabilizando o secretário atual por tudo que está acontecendo, mas é o Estado. Nós aqui falamos disso há 30, 40 anos. Não é novidade. E todo ser vivo, a responsabilidade é do Estado. Castração é responsabilidade do Estado, hospital. O senhor quer ver uma situação que tenho discutido com V. Exa. e está difícil?

O Estado não tem nenhum equipamento em relação à questão da fauna. Se eu tenho a diretoria da fauna, são pessoas que ficam no escritório. Se não tem nenhum hospital, nenhum departamento... Vou dizer mais, o governador Geraldo Alckmin fez uma demagogia há alguns anos proibindo pitbull. Fez uma lei e proibiu. Qual é o órgão que ia cumprir a lei do Geraldo? Quem é que ia cumprir a proibição do pitbull? Porque o pitbull quando é malcriado, vai para a caça. Eu conheço pitbulls ótimos, que foram criados dentro de casa com família.

Mas volto a insistir com V. Exa., o Estado é responsável sim. O senhor assumiu agora recentemente, e está trabalhando muito bem, tem meu elogio. Mas o senhor pegou um problema sério para resolver. Nós pagamos impostos para o senhor e sua equipe, a Polícia Ambiental toda comprar viatura. Nós somos funcionários públicos e temos que respeitar a vida. Não tem discussão. E aqui vai ser difícil falar manejo para essa turma, porque aqui todo mundo sabe que é o engodo que a promotora falou. É tudo enganação. O caçador é rico, vamos pensar assim. Estamos contra pessoas que têm muito dinheiro, conhecem o planeta, adoram armas, compram leis, fiscais.

O Feliciano falou a verdade; tem deputado ladrão, policial ambiental ladrão, guarda ladrão. Todo lugar tem. Pegaram agora um secretário vendendo cargo, tem de tudo. O Brasil está um negócio, o Rio de Janeiro então está triste a situação. Mas só queria registrar que vamos continuar pedindo coisas para o senhor, e você é de fato responsável. O Estado é sim responsável.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Eu queria colaborar. Eu concordo com a palavra do Roberto em gênero, número e grau. Acho que é o contrário, secretário Mauricio. Acho que o senhor representa para nós uma esperança, porque até agora foi terrível. Fizeram uma ação criminosa com as capivaras na minha opinião, deram autorização para matar capivara dentro de um condomínio. A falta de responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente foi monstruosa. Fizemos uma audiência pública nesta Casa, trouxemos o maior técnico, o Dr. Tarcísio. Tiveram dois óbitos na Faculdade de Viçosa, e resolveu o problema.

Quer dizer, volto a insistir, desde que tenha critério técnico não pode optar por critério leigo. E por conta de uma decisão, uma opinião monocrática de um veterinário, na minha opinião irresponsável da Sucem, a Secretaria do Meio Ambiente, com um assunto tão importante com relação à saúde das pessoas, ao invés de ouvir mais pessoas, deliberou e autorizou matar as capivaras, que até agora devem estar dentro de freezers. Vamos inclusive chama-la de novo doutora, para resolver outro assunto de pauta aqui, que são as capivaras. Se a secretaria der mais autorização, o promotor de justiça estava presente aqui e mostrou toda a irregularidade jurídica.

Mauricio, o que tenho para dizer é que estou no terceiro mandato como deputado e tenho acompanhado de perto a Secretaria do Meio Ambiente. Todos os secretários que têm passado por lá, pessoas muito boas, mas infelizmente até agora a secretaria só andou para trás. Não vi um posicionamento da secretaria para frente. Por isso digo que o

senhor, pela qualidade que lhe conheço há muito tempo, pela confiança que todos os deputados aqui depositam no senhor, tenho certeza que o senhor se constitui na nossa única esperança. E também coloco aqui como presidente, e tenho certeza que os deputados desta Casa não se furtarão de forma nenhuma a colaborar e fazer com que as coisas caminhem.

Queria passar para a Dra. Vânia Tulio, que tem uma observação para fazer.

**O SR. ROBERO TRIPOLI - PV** - Eu pedi um aparte ao secretário, mas ele não tinha concluído. Devolvemos a palavra ao secretário.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Dra. Vânia, por favor, a senhora queria fazer uma observação?

**A SRA. VÂNIA TULIO** - Obrigada. Humildemente e com todo o respeito, eu gostaria de colocar duas coisas. Quando falei na origem do problema, não falei nem no juiz que decidiu, e nem quem pediu para importar, porque a importação de espécie exótica é autorizada por lei, quem primeiro soltou criminosamente a espécie exótica. Porque quem importa espécie exótica, importa com a condição de não reproduzir e não soltar na natureza principalmente. Foi a isso que fiz referência.

E quero pedir, de uma forma bastante humilde, que se observe o princípio da precaução. Enquanto a secretaria faz os estudos, e já existem estudos que mostram a melhor maneira de fazer o controle populacional, se permite a caça e todos esses maus-tratos que estão acontecendo. Então que se proíba primeiro, se siga a lei, a regra do direito ambiental que vige em todo o Brasil. Enquanto não tiver certeza científica de que aquela conduta não vai causar dano ambiental, o que a lei e o direito recomendam é que se abstenha de praticar a conduta. Enquanto não tivermos certeza dessa caça, que se proíba. Se façam os estudos. Quando os estudos tiverem resultado, aí libera ou não no sentido do estudo. Agora continuar permitindo contrariando a constituição do Estado me parece, com todo o respeito e humildade, um equívoco. O senhor me desculpe.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Só para reforçar, quem libera é o Ibama, não somos nós. Eu não estou entendendo, nós estamos voltando à uma discussão que não vai nos levar a lugar melhor.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Me permite, secretário? O que acontece? Anos atrás eu emprestava meu carro para o Ibama porque eles não tinham carro. Eram sete fiscais. O Ibama não tem estrutura nenhuma; é a soma do antigo IBDF - que cuidava da terra, com a antiga Sudep - que cuidava do mar. Somou os dois e aí virou um engodo. Aquele predinho que o senhor conhece é triste, são processos e processos, papéis, some tudo. Então o Ibama não tem condições de trabalhar. Ele fez convênio com a Secretaria de Estado para cuidar dessa área.

Por isso que eu digo, V. Exa. pegou uma responsabilidade incrível, porque é do Ibama, mas ele fez convênio com vocês que têm estrutura. Só para concluir, porque falo demais, acho que no nosso relatório da CPI tem que constar essa questão que a Dra. Vânia colocou. Antes de estudos profundos, o relatório de impacto ambiental da caça, eu acho que tinha que dar uma parada em todas essas licenças. A doutora está certa, não tem estudos, não se tem localidades. Não se sabe o que é caça, o que é manejo, não se fotografou, filmou.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Eu só queria reforçar, como a Dra. Vilma falou, que temos uma autorização de armadilha. Vou agora endurecer um pouquinho, está fácil jogar a responsabilidade toda para o Estado. Esta CPI tem que caminhar para solicitar que o Ibama pare de dar licença. A licença não é nossa gente, senão vamos discutir aqui um meandro que não é nosso. O Ibama tem que proibir essa licença.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - A licença ou o cadastro? Não é uma licença, é um cadastro.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Chame do que quiser, é um cadastro. Mas não somos nós, é o Ibama que dá. O nosso maior problema, eu chamo para reflexão de que podemos sair daqui hoje e dizer que o Estado é responsável por tudo e deveria fazer tudo, acabou. Tudo bem, cada um vai para o seu caminho e nós vamos continuar trabalhando para encontrar soluções e fazer estudo. Mas nós estamos diante de um problema que não se resolve assim, “agora o Estado resolve tudo isso. Faça o controle da população de javali no estado inteiro, contrate mais dois milhões de homens da Polícia Ambiental”. Se achamos que a solução vai ser essa, tudo bem, vamos cada um buscar seu caminho.

O que estou propondo aqui é que juntos, encontremos soluções. Não adianta Tripoli, eu entendi sua mensagem, você está certo como deputado em colocar. Não dá para dizer “o Estado”...

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Secretário, a falha é nossa. Nosso presidente devia convocar o Ibama para estar aqui na Mesa também.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Claro, ele é o mais importante.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Vamos convocar.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Não, mas devia estar aqui junto com o Ministério Público, com o secretário, para fazermos esse embate.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Ele é o mais importante. A resposta cai sobre nós, o Feliciano me liga três horas da manhã e eu falo, “Feliciano, o que você quer que eu faça? Xingue, grite, entre com uma ação de constitucionalidade contra o Ibama?”. Eu quero finalizar dizendo para vocês que há um desejo, e até quero falar da questão da capivara, que o Feliciano falou. É lamentável, Tripoli. As cidades fazem seus condomínios, o de luxo da cidade faz um laguinho, e aí a capivara vai.

Por que não agimos de antemão? A licença que o município dá. Se queremos resolver o problema precisamos elencar uma série de medidas para resolver. Essa por exemplo, eu ouvi de alguns técnicos que vamos colocar nosso estudo lá, de proibir esses condomínios de rico, para usar a expressão social, que fazem o laguinho, é bonitinho, vendem a imagem, mas é aquilo que atrai a capivara. É aquele lago que possibilita que elas vão lá, saindo do seu habitat. Eu não vou entrar nesse assunto. O que estou chamando atenção a todos é que há um desejo de se construir soluções e caminhos para isso.

Essas ações que nós vimos, pode proibir a caça no Ibama, mas elas vão continuar. Se nós não tivermos um sistema de envolvimento da sociedade como um todo para fiscalizar na ponta, nós não vamos, não adianta. Isso é cidadão criminoso, com Ibama ou sem. Eles vão continuar, é um ato criminoso. E como eu posso dizer aqui “deixe conosco, matamos no peito e vamos”? Nós não vamos. Vocês são de um movimento organizado na sociedade. A melhor polícia é a vizinhança, aquela que acompanha o que

está acontecendo. Com a ação, a Polícia Ambiental quando chamada, age de prontidão e rápida. Quem procura a PA sabe que funciona assim. Mas não temos capacidade e homens para controlar isso num território imenso como São Paulo.

Se quiser resolver o problema, precisamos construir um baita sistema em que cada cidadão seja um vigilante. Vocês vão ver a ação que faremos amanhã com aves. Só foi possível por causa da vizinhança, que nos avisou do problema grave que vamos enfrentar amanhã. Só estou dizendo isso porque se não envolvermos a sociedade, é fácil achar o Ibama como culpado de metade do problema, a secretaria outro e o Estado outro, e vamos achar que é possível um Estado fazer tudo. Não é, tem um monte de deficiência em todas as áreas - saúde, educação. Não dá para fazer tudo.

Tripoli, só quero finalizar fazendo uma defesa do governador Geraldo Alckmin. Desde o primeiro dia que assumimos a secretaria - e tanto é que amanhã vamos lançar uma nova fase do Pro-Primatas, é importante que São Paulo volte a abraçar a ideia do mico-leão-preto, nosso animal símbolo - o governador tem dado uma super força para construirmos caminhos para isso. Tanto é que não tem autorização de caça, não existe. Eu volto a insistir.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC -** Nem proibição.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN -** Isso Feliciano, mas quero dizer para mirarmos no objeto mais amplo. Quem autoriza caça é o Ibama, não nós. É simples.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC -** Veja bem, o Ibama é uma resolução que não está acima de lei. A lei estadual proíbe, e o que vale é a lei estadual. Desculpe. Está errado.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN -** Então o que você quer que eu faça? Mas não tem documento do Estado nisso.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC -** Eu ouvi o senhor atentamente e quero colocar essa questão, acho que o impasse está aqui. O Tripoli falou muito bem sobre essa questão, a promotora também. O que eu quero dizer é o seguinte secretário, o senhor é nossa única esperança com a qualidade do seu trabalho, de seu empenho e atuação. O senhor chegou agora e pegou um abacaxi na mão, quero enfatizar



isso e deixar registrado. Todo mundo sabe isso, o Roberto também. Agora essa questão da atribuição é que temos que trocar o pneu do carro com ele andando. Nós temos que resolver.

Eu concordo quando o senhor diz que temos que criar uma metodologia, um sistema para podermos caminhar e galgar - e pode contar os deputados desta Casa, tenho certeza disso. Essa é uma questão de médio e longo prazo. Vamos ter que discutir, construir uma política pública para isso no estado. Ponto. É compromisso do secretário, e eu não esperava menos do senhor. Agora o que eu quero dizer é uma questão emergencial. Está muito claro para todo mundo aqui, e isso está crescendo de forma geométrica, é que todo mundo agora está virando caçador e ganhando dinheiro com isso. Tem gente que, “ah estou indo caçar para comer no Natal”. Esse daí caçou porco normal.

Quer dizer, se está proibido pelo Estado, a constituição proíbe, o Ibama pode escrever a resolução que quiser que não está acima de lei, não está acima da constituição. Isso tem que ser deixado bem claro aqui. Eu quero que a secretaria pare de falar e se esconder atrás de resolução do Ibama, colocar como se isso fosse uma desculpa para tudo. Não é verdade, nós temos uma constituição do Estado que veda. Ponto. Então para isso, concordo com o senhor sobre essa questão e até agradeço, nós temos que construir a médio e longo prazo. Agora emergencialmente, já que está proibido pelo Estado - o senhor não pode fazer nada em relação a isso - então a polícia tem que agir. Tem pouca gente? Mas o crime não importa.

Nós vamos cobrar da polícia, sabemos que a Polícia Ambiental faz um belo trabalho coronel. Há 17 anos eu trabalho em parceria com a PA. O que precisamos agora é intensificar essa questão da fiscalização. E aí sim concordo com o secretário que a sociedade tem que denunciar. E vou pegar esses vídeos, identificar e encaminhar para o Ministério Público e para a polícia para apurar quem são, igual fizemos em Mogi Mirim. O que não dá é para achar que estão atrás de uma resolução. Então nós vamos criar, eu não gosto de fazer nada sem encaminhamento. Acho que o Roberto com certeza concorda com isso, o Kaká, o Caio França, a deputada Célia Leão - que sempre com muita propriedade contribuiu com a causa animal.

Nós temos que fazer dois encaminhamentos; o primeiro é contribuir com a secretaria e fazer um trabalho conjunto para criar políticas públicas para resolver essa questão. Agora temos técnicos que falarão daqui a pouco. A segunda questão é emergencial, temos que ampliar essa denúncia e divulgar isso. É crime, o Estado veta

isso. Quem souber, não importa o que está caçando - se é javaporco, cateto, javali. É crime, está proibido e ponto. O que não dá é ficar “espera aí, mas acho que isso aqui como é invasor...”. Não importa o que é, está proibida a caça. É que nem essa questão do abate, vamos fazer uma Comissão para isso, sobre abater animais para consumo. Pode para o consumo de subsistência. Tem que ter processo de sensibilização, controle sanitário. Virou uma bagunça, cada um faz o que quer. Desculpa o desabafo.

Quero convidar para a Mesa a Ana Maria Pinheiro.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Pela ordem presidente, enquanto a deputada toma assento. Queria dizer o seguinte para o Brusadin. Eu desconhecia esse aplicativo, e olha que estou direto. Mas o pessoal que está aqui milita há anos. Quer dizer, precisamos falar para a população lá fora. Eu acho que se o senhor colocar dinheiro em publicidade, televisão e rádio, orientando e chamando para denúncias... Estou colaborando. Porque tem equipamento, tem gente, as denúncias são poucas. O caso de Ilha Bela, a vereadora que briga pelos animais, está sabendo que pode fotografar.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Pode fotografar e georeferenciar o ponto do fato.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Quer dizer, você propagando isso, “você cidadão, se ver uma caça, fotografe e mande para a polícia”. Promover. A Assembleia já é fria e gelada, pouca gente vem aqui, então estou gostando da intenção. Mas seria interessante, acho que tem dinheiro de fundo para usar para propaganda, não tem? A Casa Civil?

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Só o governo pode gastar com publicidade, a secretaria não tem dinheiro para isso. Está na lei, no orçamento. Se eu quiser contratar uma empresa de internet...

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - A Cetesb não pode, como a Sabesp faz?

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Aí você já fez outra pergunta. Mas com 70 milhões de déficit, como explico isso? A Cetesb é deficitária.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Explica que é informação para colaborar.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Vamos ter que estudar. A ideia é boa.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - O Estado é de fato responsável. A população tem que ajudar, mas precisa estar informada para ajudar. Estou aqui sugerindo.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Isso, a ideia é boa. Vamos encontrar um caminho.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Presidente, nós estávamos aqui conversando com a Dra. Vânia e o deputado Olim. Nosso relatório tem que fazer uma série de encaminhamentos, tanto essa questão do cadastro - que acho importantíssimo, não é licença, é cadastro. Então vem as informações, e o relator Pedro Kaká vai ter quê... E até peço a colaboração da promotora para ajudar, porque temos que fazer encaminhamento. Conheço o Brusadin faz tempo e ele tem um pique incrível, não para, é rápido demais.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Eu não ligo às três horas da manhã não. Ligo à noite, mas não às três.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Mas você faz isso sim, me liga à noite, de madrugada. O Feliciano é chato, ele também me liga de madrugada. Ele é chato, por isso é bom. Tem que ser chato no nosso meio. Então Brusadin, acho que temos que dar publicidade a isso. Você está fazendo uma série de coisas que não tem publicidade. Nós temos que informar nas escolas, faculdades, no interior, área rural. É nós com nós, você conhece essa turma. Nós temos que abrir mais esse horizonte. Obrigado.

**A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB** - Pela ordem, presidente. Rapidinho. Primeiro dizer que bom que a discussão é acalorada. Porque somos diferentes de computador, que não funcionando e atrapalhando nós tiramos da tomada. Gente não dá para puxar da tomada, nem parar o coração. A única coisa que não pode faltar na sociedade e nos poderes públicos, sejam eles das instâncias que forem, perdemos muita coisa na vida -

às vezes até a própria vida, e alguns perdem até a vergonha. Mas não podemos perder nossa capacidade de indignação.

A única coisa que nos mexe para depois, seja com quem for e no tempo que for, é estarmos indignados. Significa não aceitar o que está acontecendo. Acho que isso aqui já está claro no calor da discussão das falas e dos compromissos. Agora nossa CPI está com um tempo escasso, sabemos disso. O deputado Kaká se eu for falar dele, só vou falar elogios, e já fica aqui registrados todos eles, de competência, capacidade, boa vontade e compromisso. Mas queria sugerir para nós da CPI pensarmos, porque a Mesa está repleta e ainda faltaram prefeituras. Enfim, é complicado, o tema não é fácil e não sairá desta Mesa nesse momento todas as soluções.

Precisamos ter pelo menos um relatório que depois seja encaminhado e cobrado às autoridades competentes, sejam elas a nível de estado, nacional, municipal. Fica a sugestão da CPI pensar, o relator e os membros, de para ajudar, para facilitar, criarmos subcomissões. Ou seja, com temas específicos para cada deputado desenvolver e fazer com rapidez. É só isso. Obviamente o relator Kaká depois faz a somatória. Só para pensar com o deputado Tripoli que também tem essa ideia, para facilitarmos o encerramento, quando encerrada a CPI com o resultado. Senão acaba sendo mais uma CPI e os animais vão continuar sendo violentados. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - A ideia de V. Exa. é ótima e o Roberto também já tinha falado sobre essa questão. Acho importantíssimo. Mas queria dizer com relação aos temas, a questão de animais no ensino, marcamos mais três reuniões para quarta e quinta agora, e depois mais uma, e teremos condições de fazer o relatório. Fomos construindo essa questão técnica e jurídica paralelamente para que não sofresse um problema de continuidade e tivéssemos tempo hábil. Sabemos que dia 20 paramos.

Agora vamos entrar um pouco na questão técnica, e vou passar a palavra para o biólogo Sérgio Greif. A exposição dele é um pouco longa, mas quem conhece o Sérgio, conhece não só pela qualidade do biólogo e escritor, mas também pelo tempo que ele usa que é sempre um pouco demorado. Mas as explicações que ele vai dar são importantes e podem contribuir muito. Deputado Tripoli.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Presidente, gostaria de saber qual é a sequência, porque eu tinha compromisso agora e quero ouvir. Nós vamos ouvir o técnico e depois?

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Vamos ouvir o Sérgio, depois a Ana Maria Pinheiro e vamos para encerramento.

**O SR. SÉRGIO GREIF** - Gostaria de cumprimentar todos da Mesa, as autoridades e presentes. Neste ato estou representando a sociedade civil, e vou tentar fazer uma apresentação breve. Vou ficar em pé.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Eu pediria a suspensão por dois minutos, porque o secretário está indo num lugar que quero ir também. É interessante que ele ouça o senhor.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - A sessão está suspensa por dois minutos.

\* \* \*

- Sessão suspensa por dois minutos.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Sérgio, por favor, vamos dar continuidade. O importante dessa apresentação do Sérgio é para os membros da CPI confeccionar o relatório. Essa explicação mostra caminhos.

**O SR. SÉRGIO GREIF** - O auditório já está vazio, mas vamos tentar. Vou tratar sobre o controle populacional de javalis. Como o deputado falou, sempre faço uma análise ampla e vou cobrir vários assuntos, que na verdade já foram cobertos. Espero conseguir me expressar de forma expedita em relação ao assunto, porque eles já foram debatidos, e de repente algum fio ficou solto. Como acho que sou o último, será mais fácil.

Só fazendo um porém, a introdução do javali ou sua espécie nas Américas não aconteceu agora na década de 90. Na verdade, nas caravelas dos portugueses no século 16 já vieram porcos e javalis. E muitos desses animais se tornaram asselvajados, então já escaparam para a natureza nesse século 16. Não houve essa disseminação por algum motivo, a natureza nessa época era intacta e provavelmente houve um controle biológico dos animais quando foram para as matas. Alguns foram controlados, essa população não cresceu da forma como tem crescido porque havia onças e predadores. Já no século 18 se formou a população de porcos monteiros, como chamamos os porcos asselvajados do Pantanal, que acompanharam a própria ocupação do Pantanal.

Essa população ainda existe hoje, chamamos de porcos monteiros. São animais que pertencem a raça selecionada, foram introduzidos e se encontram hoje em estado asselvajado há mais de dois séculos. Em 1989 ocorreu a fuga de javalis no Uruguai, e essas populações começaram a se expandir e atingir o Rio Grande do Sul. Porém as populações que temos hoje aqui no estado de São Paulo, em Minas Gerais e outros locais não correspondem a essa população. Na década de 90 os suinocultores começaram a importar matriz de javali para criar. Eles tentavam atingir um mercado de carnes nobres e exóticas, criando esses javalis. Por algum motivo isso não deu certo e daqui a pouco vou mostrar por quê. Eles acabaram liberando esses animais na natureza.

Em 2010 foi criada uma Instrução Normativa do Ibama, que proibia a caça de javalis. Nos considerandos dessa Resolução 8/2010 eles diziam que o controle por abate de javalis não era um método efetivo de controle, então proibiram. E estabeleciam um grupo de trabalho para estudar a melhor forma de controlar esses animais. Isso em 2010. Esse grupo de trabalho provavelmente não foi criado, não tenho informação dele. Em 2013, por várias pressões a caça foi liberada, e não só isso, mas dada como o único método de controle possível. Então mesmo que o Estado de São Paulo pretendesse implantar um novo sistema, a IN-3 de 2013 impediu o Estado de fazer isso. O que eu aprendi com a fala da Dra. Vânia Tulio é que não, o Estado de São Paulo ainda tem autonomia para fazer o controle de forma técnica e ética. É o contrário do que a IN do Ibama estabelece. Em 2014 tivemos essa atribuição de cadastrar - os caçadores e controladores de javalis passaram para a Secretaria do Meio Ambiente. Em 2017, há menos de um mês, foi estabelecido o Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali.

O papel da suinocultura eu já deixei claro, já tratamos aqui. Quem trouxe essas matrizes da Europa e do Alasca foram os suinocultores, que tinham a ideia de abastecer

o mercado com carnes nobres. Porém, o javali é diferente do porco. Ele ganha peso em mais tempo, e menos peso. Então tecnicamente falando, ele é inferior ao porco, a não ser que você consiga vender essa carne por um preço superior. Alguns desses suinocultores conseguiam vender a carne por um preço superior, mas não tinha uma demanda grande no mercado.

Acabaram soltando os javalis. Mas são animais altamente fecundos, com alto poder de invasão. Uma fêmea só pode dar nove, dez filhotes por ano com uma grande taxa de sobrevivência. A maturidade sexual é de oito a dez meses, e com menos de um ano a javali já consegue ter seus filhotes. A longevidade é de 12 anos. Então por muitos anos ela vai conseguir se reproduzir. A equipe Javali nos Pampas, uma equipe de caçadores que controla javalis no Rio Grande do Sul, fez uma conta de que dez fêmeas em seis anos acabam gerando 3.500 javalis.

Aí temos a disseminação dos javalis e porcos asselvajados no Brasil. Tem uma população no Rio Grande do Sul que deriva desses animais que migraram do Uruguai; tem as populações todas que foram disseminadas com a vinda dessas matrizes e com a disseminação de caçadores agindo de má fé, colocando ali filhotes em locais onde não havia, simplesmente para poder caçar. Aquele amarelo no mapa são os porcos que chamamos de monteiros, populações estabelecidas no século 18 no Pantanal. O fomento à caça ao javali, vamos pensar a suinocultura, uma atividade altamente lucrativa, com um bilhão e meio de reais só em 2014.

É uma atividade lucrativa que visa não só o abastecimento de carne interna, mas também exportação. Até 2013 quem certificava a suinocultura brasileira era o próprio MAPA. Então o Ministério da Agricultura dizia que se auto intitulava o Brasil como um território livre de peste suína. Em 2015 sabíamos que isso ia mudar; a Organização Mundial da Saúde Animal ia começar a certificar o Brasil, e tínhamos o problema de porcos asselvajados, que não eram vacinados. Então começou a haver uma pressão do Ministério da Agricultura e o próprio setor de suinocultura para haver um controle desses porcos asselvajados e dos javalis. Já em 2012 a Embrapa estruturou um programa de vigilância epidemiológica para populações de asselvajados; o MAPA criou o Programa Nacional de Sanidade Suína; e em 2013 saiu essa Instrução Normativa que estamos debatendo até agora, a 03/2013 do Ibama.

Como eu disse, essa instrução não dá muita margem para outras formas de procedimento. Controle de javalis para eles significa perseguição, abate, captura, marcação de espécimes para soltura - que só é permitida se houver rastreamento dos

animais - seguida de eliminação e eliminação direta. Eles não dão outras possibilidades. E o controle de javalis será realizado por meios físicos, não tem outra possibilidade como castração. Pela IN não temos opções. E aí impossibilita as possibilidades de atuação, como controle não letal, humanitário, etcetera.

Em 2014, como eu disse, em primeiro de julho, essa atribuição de cadastrar os interessados passou à SMA, se eu não estiver enganado. Mas a SMA herdou isso de uma esfera superior, só para deixar claro. E aí é claro que isso satisfaz muito a necessidade que algumas pessoas têm de caçar e se divertir. Então se procurarmos no YouTube, eu passei o fim de semana montando essa apresentação e assistindo vídeos. São centenas de milhares, muitos. Os caçadores querem filmar e se exibir para seus grupos, então tem canais só de caça de javali, com eles se divertindo. E comumente encontramos cachorros envolvidos na caça.

Esses cães utilizados na caça, o criador desse aplicativo Aqui tem Javali é um engenheiro agrônomo chamado Rafael Salerno diz que cerca de 80% do controle de javalis no Brasil é feito com uso de cães. Então já existe a Sociedade de Hounds do Brasil, criadores específicos para isso e pessoas treinando os cachorros para isso. Existem três categorias de cachorros; os que farejam e contêm o animal, eles sabem onde o javali está e conseguem isolar até que o caçador chegue; os cães de agarre, que em geral andam com um colete para proteger o cachorro do próprio javali - ele tem a função de segurar o javali pela orelha e abaixar a cabeça dele, porque os caçadores preferem abater o javali com as próprias mãos.

Segundo um dos caçadores que é famoso também, o Mário Knichalla Neto, que tem bastante vídeos no YouTube, ele diz que cerca de 90% dos javalis são abatidos ou com faca, ou com uma lança. Tem vários vídeos mostrando como eles fazem. O cachorro simplesmente agarra o javali pela orelha, sustenta a cabeça para baixo para que não possa atacar o caçador, e o caçador infere o golpe mortal. Desconstruindo preconceitos. Às vezes temos como fato o javali ser uma espécie invasiva, e realmente são. Eles são prejudiciais quando em grande número, mas que animal não é? Se pensarmos em um alqueire de boi com 14, 20 bois, teremos uma destruição do local. O problema está muito mais relacionado a número do que espécie em si. Óbvio, não estou dizendo que não devemos controlar, devemos sim. Mas realizar um controle efetivo, não essa atividade de caça que está beneficiando somente os caçadores.

Desconstruindo a ideia. Comumente encontramos frases do tipo “javalis destroem nascentes, cursos d’água, competem com habitats, recursos naturais, predam a fauna



nativa e criações domésticas. É verdade, eles fazem tudo isso mesmo. Essa foto não é engano meu; eu não coloquei javalis, mas bois. Eles fazem a mesma coisa, destroem nascentes e cursos d'água se você colocar uma grande população. Se eles tiverem acesso ao rio, vão destruir também. Eles também competem por habitat, como todos os outros animais, e também destroem os recursos naturais. Isso vale para o javali, mas também para todas as outras espécies que tivermos em grande quantidade.

Se olharmos pela janela aqui, a cidade de São Paulo, nós destruimos o habitat construindo uma cidade num local. Assoreamos as fontes de água para nossa espécie viver em grande quantidade. Isso é inerente à toda espécie que esteja em grande quantidade num mesmo ambiente. Não é exclusividade do javali. Consequências ambientais da pecuária, destruição de ecossistemas, precisamos transformar uma floresta num pasto. Perda de biodiversidade; obviamente, a maioria dos animais não vai sobreviver a essa destruição da floresta. Os poucos que sobreviverem vamos ter que abater porque estão competindo com a vaca pelo pasto.

Então todo esse ciclo é de destruição. Erosão do solo porque não temos um controle efetivo, desertificação. O gado pisar, muitas cabeças de gado pisando vai desertificar, vai impedir o brotamento de plantas. Escassez de água, contaminação do solo. Para onde vão todas essas fezes? Se engana quem acha que incorporamos isso no sistema produtivo da lavoura; a maior parte das fezes geradas pela pecuária acabam indo para o curso d'água. Efeito estufa; o gado é a maior fonte antrópica de gás mediante eructação e as dispepsias do gênero putrefativo.

Então desfazendo esse mito, os javalis em grande quantidade são prejudiciais sim. Mas vamos pensar que eles foram introduzidos em grande quantidade na década de 90, e antes disso já tínhamos um fenômeno chamado florestas vazias. Tínhamos as árvores e já não tem mais a fauna, porque foi perseguida ou aqueles fragmentos florestais não comportam mais. Temos uma limitação de animais que ocorre ali. E os javalis vieram em pequena quantidade e acabam suprindo essa necessidade. Por exemplo, não temos mais a anta, uma jardineira da natureza. Ela dispersa sementes de frutas. Onde não há mais anta, quem está fazendo esse papel? Muitas vezes é o javali. Ele está desempenhando esse papel que antes era da anta, de dispersão de sementes, e ajuda a reciclar os nutrientes.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Vou ter que pedir desculpas, mas se você pudesse... O secretário tem que abrir um evento daqui a

pouquinho. Está muito didático e importantíssimo. Não sei se você consegue passar para a questão daquela opção do controle e de como poderia fazer, porque o secretário tem que sair e eu gostaria que ele ouvisse. Se puder dar uma adiantada naquela questão, que é mais importante para nós, a questão do controle do javali.

**O SR. SÉRGIO GREIF** - É realmente uma pena.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Eu concordo e peço desculpas.

**O SR. SÉRGIO GREIF** - Mais até do que mostrar essas opções de controle, era desmistificar essas grandes inverdades que se falam.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Se você achar que tem alguma coisa que dá...

**A SRA. ANA MARIA PINHEIRO** - Com o perdão, mas ele está falando coisas importantes. O javali com a população controlada dispersa sementes. Tem uma série de coisas.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Bom secretário, se precisar sair a Dra. Vilma vai estar presente.

**A SRA. ANA MARIA PINHEIRO** - Isso contraria o raciocínio dos caçadores de que não pode ficar nenhum javali em pé, porque os caçadores e protetores do meio ambiente, como gostam de se descrever, querem passar fogo em todos.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Sérgio, por favor então. Mesmo o secretário precisando sair, a Vilma fica.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Eu ia sugerir. O Sérgio trabalha na Cetesb ao lado do meu gabinete, praticamente. Ele até já apresentou algumas soluções, e agora está sendo convidado para esse grupo de trabalho. Eu só peço licença porque daqui 15

minutos tenho que sair, mas não queria que prejudicasse. Sérgio, continue normal. Onde você não chegar...

**A SRA. ANA MARIA PINHEIRO** - Eu só lamento que o secretário não vai poder ouvir a minha fala, mas infelizmente já estou acostumada como militante a ser sempre a última a falar, quando todo mundo está cansado, com sono, já foi embora.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Sérgio, se você permitir, só para ouvir a fala dela da questão criminal.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Eu pediria, se ela pudesse... Eu peço perdão porque estou aqui desde às dez e meia da manhã. Eu tenho um evento importante de mudança climática. Eu que abro o evento e vem gente do Brasil todo. Se eu pudesse ouvi-la, pode ser?

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Quanto tempo você tem para falar?

**A SRA. ANA MARIA PINHEIRO** - Eu gostaria que ele me ouvisse só no comecinho.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Por favor, deputada.

**A SRA. ANA MARIA PINHEIRO** - Eu trabalho desde 66 como militante na defesa ao meio ambiente, sou advogada, mas não da área de biologia ou veterinária. Em 90, antes um pouco, na assembleia constituinte de 88 na federal, na estadual de 89, nós trabalhamos muito. Na década de 90 lutamos muito contra o trabalho inesgotável da Associação Brasileira de Caça, que depois espertamente mudou para Associação Brasileira de Caça e Conservação, para abrir temporadas de caça no Brasil, começando por São Paulo.

Naquela época nós conseguimos que o artigo da constituição estadual determinasse que fica proibida a caça em São Paulo, sobre qualquer pretexto. Eu até fui contra essa redação, porque como advogada eu achei que tecnicamente não era muito apropriado. Mas o conteúdo que nós queríamos era esse, justamente porque nós

sabíamos que os caçadores iam inventar qualquer pretexto para caçar. E hoje estou aqui triste e desanimada, porque eu vejo que eu como militante, como sempre acabei sendo a última a falar, quando as pessoas estão cansadas. Não vou nem poder falar tudo que quero.

Estou triste de ver que embora São Paulo tenha uma constituição tão forte, os caçadores inclusive pegaram um advogado constitucionalista na época, o Dr. Maneco, e fizeram uma ADIN contestando esse artigo da constituição, dizendo que ele era muito radical. Eu e outra militante, a Cacilda Lanuza, conseguimos que a professora Elita Barreira Custódio fizesse gratuitamente um parecer jurídico para a Assembleia Legislativa, afirmando que São Paulo teria competência suplementar para elaborar regulamentação constitucional no território. Não havia nada de errado nisso.

E há pouco tempo chegou... Estive em Brasília, fiz lobby lá, levei memoriais para os ministros, conversei nos gabinetes sobre tudo que estava por trás daquela ADIN, e há pouco tempo ela chegou em fase de discussão. Eu era moça, hoje já estou velha e a ADIN chegou. Para minha grande tristeza, vejo que o Ibama, através de uma IN de 2013, foi o primeiro a desrespeitar a legislação de São Paulo, e a malandramente inventar essa vergonha, como disse a Vânia, essa mentira de criar o termo manejo, permitindo a caça e burlando a constituição.

Ou seja, o Estado de São Paulo tem todo o direito de barrar essa Instrução Normativa. O Ibama não tem o direito de elaborar uma IN que passe por cima da constituição de São Paulo. Isso é um absurdo. Eu chego à conclusão aqui, falando por último, eu sei que os senhores já estão cansados e com fome, mais uma vez chego à conclusão de que o Brasil é a terra da criação do fato consumado. E esses javalis, essa introdução aqui no Brasil é mais uma vez a demonstração dessa criação desse fato consumado, e da hipocrisia desse deixa para lá, e do próprio Estado ajudando a desrespeitar as leis.

Como pode um Ibama criar uma Instrução Normativa, e nenhum professor, nenhum técnico admitir aqui que sabia que essa IN era irregular? Nenhum especialista em fauna como o professor que me antecedeu sabia que isso era ilegal, que o Ibama não tem capacidade para legislar nesse sentido. Uma IN não pode se contrapor à constituição de São Paulo. Outra coisa, e isso que eu queria que o secretário ouvisse. Quando o secretário Feldmann, meu amigo, assumiu a Secretaria do Meio Ambiente, eu mandei de presente vários mini abacaxis. Ele me telefonou, “Ana você está louca, mandou abacaxi”, “claro, você pegou o maior abacaxi”.

Num país onde ninguém se preocupa com o meio ambiente, onde o Ministério do Meio Ambiente é um enfeite, um cabide de cargos que não tem nenhum recurso. Onde o Lula caçou da Marina Silva, que estava criando caso com meio ambiente por causa de sapo. E a Marina Silva ainda continua no ministério. Eu se fosse ela no dia que o Lula falou que estava brigando por causa de sapo, teria pegado minha bolsa e ido embora. Isso é um desacato, um absurdo, é desrespeito ao meio ambiente. A Marina Silva era uma ambientalista de tradição, uma seringueira. Como o presidente da República se acha no direito de caçar do ministro do Meio Ambiente? Isso demonstra a despreocupação do Brasil com o meio ambiente.

Eu falei isso para o Fábio, porque infelizmente o senhor, que eu não conhecia, vai ter muito trabalho na questão ambiental. O meio ambiente infelizmente é sempre passado para trás, quando se trata de outros interesses. Esses caçadores vão sempre querer levar a melhor. E o Feliciano que passou esses vídeos, e estou há 50 anos assistindo, desculpa porque fico aflita com essas coisas, mas esse vídeo que você passou até foi muito bom, porque mostrou uma coisa que o senhor secretário é importante ouvir. Veja que essa IN é uma sem-vergonhice

Ela permite que pessoas que querem caçar, pessoas sádicas e que sofreram algum problema evolutivo... Nós no século 21, depois de termos vindo desde oito milhões de anos atrás quando descemos nas árvores, quem quiser que aceite a teoria evolucionista, ou os que acham que Deus criou o homem, quando começamos a ter nosso cérebro desenvolvido e nos separamos dos outros animais passamos a ser primatas dotados de uma inteligência e capacidade de racionalidade, temos obrigação de policiar nossos atos. Mas alguns indivíduos eu tenho a impressão que pararam sua evolução no decorrer do tempo. Segurar um porco, um cateto, um bicho que seja pelas pernas e permitir que 12, 14 cachorros fiquem atacando o bicho, isso é treinamento de cachorros.

Ele está segurando o porco. Normalmente se ele estivesse caçando os cachorros estariam segurando o javali para ele. Mas como está treinando os cachorros para destroçarem o javali, ele segura e faz o papel do cachorro. Enquanto ele esfaqueia para os cachorros não se assustarem com as facadas. Então essa é mais uma falácia. É um caçador treinando cachorros para estraçalhar javalis. E depois vem a IN e diz que o cachorro não pode tocar no javali. Gente, isso parece boate de strip-tease, em que dizem que o assistente não pode segurar na moça fazendo strip-tease. Tenha a paciência. Quando é que vamos deixar de ser um país hipócrita e vamos criar vergonha na cara, começar a fazer as coisas direito?

Como sugestão para essa CPI eu ia falar uma porção de coisas aqui da caça esportiva, que se tenta introduzir no Brasil, porque existe o projeto de lei 6.268/2016, do deputado Valdir Colatto, que tenta não só introduzir a caça em todo o Brasil - e aí essa sem-vergonhice se estende para todo o país, não só em São Paulo - como vai haver venda de animais por criadouros, e o comércio da fauna vai ficar igual o americano. Vamos copiar o que os americanos têm de pior e mais corrupto, que é a política de fauna.

Nos Estados Unidos os caçadores vivem dizendo que no tempo dos índios de pele vermelha haviam 500 mil veados do rabo branco, um bicho emblemático lá. É o argumento dos caçadores. E que hoje há 12 milhões de veados, e isso demonstra como eles são protetores da natureza. Mentira. Eles fuzilam os lobos de helicóptero. Eles matam todos os predadores do veado do rabo branco que concorram com os caçadores. Eles ficam no alto de uma árvore, e quando chega o veado mais forte, mais robusto e vigoroso, é aquele que eles vão matar, porque querem ter a cabeça para pendurar na parede. O presidente Trump acabou de autorizar a entrada de cabeça de elefante nos Estados Unidos.

Vamos copiar os americanos no que têm de bom, não essa coisa suja. E como sugestão para a CPI, para encerrar, quero dizer que essa IN 03/2013 seja varrida de São Paulo. Nenhum leigo pode caçar. Quem tem que fazer o manejo é a Polícia Ambiental, que seja equipada para isso. Tem que ser os agentes do Ibama. Para isso temos servidores públicos para fazer isso. A Polícia Ambiental não vai poder fazer, porque mesmo que a IN seja irregular, o policial vai ser obrigado a servir a lei. Ele é um servidor público, é obrigado a fazer o que a lei manda e não pode fazer o que ela proíbe. Ao contrário de nós civis que não podemos fazer nada que a lei proíbe. Eles são escravos.

Essa IN tem que cair, porque ela é irregular e ilegal. Nenhuma IN pode se sobrepor à constituição. Isso é ridículo. O Governo do Estado já devia ter tomado providência há muito tempo. Peço ao secretário que tome a providência nesse sentido. Essa é a primeira medida para acabar com essa palhaçada de caça ao javali em São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Muito obrigado. Eu acho que a Dra. Ana usou pouco tempo, mas foi muito contundente e disse tudo aquilo... Concordo em gênero, número e grau. E mesmo assim, tem um pessoal aqui. Alguns

foram embora, mas tem uma grande quantidade de pessoas qualificadas e importantes. Os membros da Mesa estão aqui, os deputados, o secretário, a Polícia Ambiental, o Ministério Público. Tudo isso que a senhora disse vai constar no relatório final.

Quero devolver a palavra ao nosso querido Sérgio Greif. O secretário precisa sair, mas vamos continuar ouvindo. Dou as palavras finais ao secretário para fazer um agradecimento.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Vou ser breve. Ana, peço encarecidamente para que não desanimamos. Não podemos. Ana, imagine você que se essa luta não tivesse avançado, como seria pior. A proteção animal hoje já está no eixo do debate. Imagine que o número de unidades de conservação seria menor, o número de áreas verdes da cidade. Então o desafio nos aponta que avançamos muito. Se não avançamos, pelo menos entenda que poderia ser muito pior se não tivéssemos gritado, levantado as vozes, etcetera. Então quero pedir a todos que não desanimem. Temos que levantar a pauta.

Peço perdão, não vou falar mais, porque o Sérgio vai falar para vocês. Já convidamos ele para a primeira reunião desse comitê que criamos, e espero que o comitê possa ser junto com as propostas que sairão daqui, um instrumento para que as ideias possam fluir e possamos discutir de que maneira tratamos o problema. Eu estava ouvindo de um professor de Curitiba, de que essa lista, o Ibama tem que dar endereço, nome pela Lei da Transparência. Então tem coisas que podemos... Qual é a lista, para sabermos o tamanho? Eu ainda acho, e não estou diminuindo a luta, tenho a sensação de que quando descobrirmos a lista de São Paulo, vamos ver que é pequena.

Insisto, o problema está no ato criminoso duplamente ilegal. Nem em lista eles estão. Esse cara aí, a maioria deles nem em lista estão. Peço a vocês que depois encaminhem as soluções. Nós temos um programa em São Paulo chamado Município Verde e Azul, que envolvemos gestores públicos de todas as cidades. Feliciano, até me deram a ideia de levar esse aplicativo agora dia 13, que o governador vai dar o prêmio do Município Verde e Azul para os que melhores se adaptaram, divulgarmos o aplicativo para ampliar a denúncia.

Isso com ou sem Instrução Normativa vai continuar. Se não prendermos no garrote, dar um jeito de fiscalizar para valer, não temos saída.

**A SRA. ANA MARIA PINHEIRO** - Secretário, não dá para fiscalizar com a Instrução Normativa. A Polícia Ambiental não pode fiscalizar, ela é escrava da lei.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Ana, acho que você não entendeu o que eu quis dizer.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Ana, regimentalmente... Bom, o quórum caiu.

**O SR. MAURICIO BRUSADIN** - Vou fazer como o professor me orientou, e pedir essa lista para o Ibama. O que estou querendo dizer é que a maioria nem na lista está. Nem na normativa está usando. Há um crime duplamente cometido. É gente que nem autorização quer. Essa caça de porco ali nem tem. O que quero dizer é que precisamos envolver as pessoas para denunciar mais. Feliciano, depois quanto mais vocês puderem me encaminhar soluções para que envolvamos e construamos políticas públicas para isso... Nós já convidamos o Sérgio e ele vai apresentar na nossa comissão, e depois seria legal que ao findar desse trabalho, esta Comissão pudesse se reunir, e publicamente trago a comissão.

Peço perdão, mas tenho um evento de mudanças climáticas e sou eu que faço a palestras

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Eu queria dizer o seguinte, o quórum caiu agora há pouco, então desde então a nossa reunião é informal e não tem caráter jurídico. Mas o que eu queria dizer é que conheço a Dra. Ana Maria Pinheiro de longa data, frequentamos o fórum e conheço o quanto ela é aguerrida, o conhecimento que tem. Eu faço um convite para a senhora de público, para que faça parte de um grupo que vamos criar para terminar o relatório. Gostaria de contar com a ajuda da senhora e do fórum, das entidades para trabalhar com isso.

O secretário terá que sair para um evento, e a Dra. Tulio, promotora de justiça, também terá que sair. Mas eu pediria a todos que continuasse mais um pouco, porque o conteúdo que o Sérgio vai mostrar agora é de fundamental importância.

**O SR. SÉRGIO GREIF** - Deputado, posso fazer um porém? Já estamos há três horas nesta CPI. Eu acho que é castigar as pessoas. Tem menos de 30 pessoas e acho



bem desnecessário. Embora agora que vamos entrar na parte técnica. Mas eu me comprometo a gravar um vídeo, colocar no YouTube e quem tiver interesse assiste. Eu acho que as pessoas já estão muito cansadas, e é um desrespeito.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Falta 20 minutos sua apresentação?

**O SR. SÉRGIO GREIF** - Eu não gosto, não quero fazer uma apresentação em que preciso pular etapas, porque é uma construção de conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - O material que o Sérgio tem, e, diga-se de passagem, é o técnico mais respeitável que conheço no Brasil, não só eu, mas todo mundo sobre seu vasto conhecimento. Não sei se o Sérgio concorda ou não, se é isso que alguém quer, ele coloca o vídeo no YouTube. Ou também pode disponibilizar esse material no site...

**A SRA. CÉLIA LEÃO - PSDB** - Pela ordem, presidente. Só para colaborar. O secretário tem que sair e tem um papel fundamental, acho que todas as pessoas desta Mesa concordarem que ele é a esperança maior dessa causa que todos debatem hoje. O secretário e sua equipe, e o governador Geraldo Alckmin, que tem porta aberta para isso. Isso já ficou claro, não precisa nem discutir mais. Achei que foi colocado com tanta propriedade pela Ana e por cada um que falou nessa Mesa. Perguntar para o público que está aqui, porque primeiro não acho que é pequeno.

Os senhores talvez não estejam acostumados como funciona a Assembleia e as reuniões. Nós estamos numa CPI importante, e na minha opinião com um quórum absolutamente adequado e importante. O secretário tem que sair, nossa promotora tem que sair e nós entendemos isso, são duas horas da tarde. Talvez outras pessoas precisam saber, mas mesmo que não seja oficial, fica na CPI. Eu perguntaria ao Sérgio, ao presidente e aos que estão aqui, se ainda temos, sem fazer o Sérgio correr, porque o assunto é muito importante, talvez o mais importante nesse mesmo, que ele apresente e depois coloque no YouTube ou onde quiser colocar. E as pessoas também assistam.

A não ser que todos levantem e saiam. Mas os que podem ficar mais um tempo, para que o Sérgio termine. É uma sugestão porque é muito importante para o momento de hoje.

**O SR. PRESIDENTE - FELICIANO FILHO - PSC** - Quem acha que deve continuar levanta a mão, e quem estiver com o adiantado da hora... É, a maioria precisa ir embora. Então faço aquilo que o Sérgio disse. Queria só agradecer ao secretário por mais essa questão. Coronel Sardilli também saindo, então farei o encerramento. Gostaria de dizer que não vamos desistir. Acho que a partir de todo esse vídeo que viram... Queria dizer a todos, peço para que continuem na próxima reunião, que será dia 12 e a outra dia 13. Vamos conversar com os técnicos da Unicamp e da USP, com relação aos animais no ensino. Quero agradecer a todos. Está suspensa a sessão. Muito obrigado.

\* \* \*